
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL DE LICITAÇÃO VIA INTERNET

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 097/2023**PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 006/2023****REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2023**

O **Serviço Autônomo Saneamento Básico - SAAE**, do município de Itabirito/MG, torna público, na presença e ciência da pregoeira designada pela portaria nº. SAAE – 075/2023 de 01 de agosto de 2023, que **às 14:00hs (Quatorze horas) do dia 05/10/2023**, na sala de reuniões (2º andar) na sede do SAAE, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, Itabirito/MG, **será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo de julgamento Menor Preço Global.**

OBJETO Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para atender as demandas e eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito, conforme especificações contidas no anexo I do edital.

Razão Social			
CNPJ			
Endereço:			
e-mail:			
Cidade:		Estado:	
Telefone:		Fax:	

Obtivemos através do acesso ao site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2023

Assinatura

Sr (a). Licitante,

Visando comunicação futura entre o SAAE – Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito e essa empresa, **SOLICITAMOS PREENCHER O RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL E REMETER** ao setor de Licitações através do e-mail: licitacao@saaeita.mg.gov.br.

A não remessa do recibo exime o SAAE, da responsabilidade de comunicação de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 097/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 006/2023

REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2023

O **Serviço Autônomo Saneamento Básico - SAAE**, do município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº. 2.999 de abril de 2014, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, CEP 35450-081, inscrito no CNPJ nº. 20.067.146/0001-61, torna público a abertura do **Processo Licitatório nº. 097/2023**, na modalidade **Pregão Presencial nº. 006/2023**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objetivo o **Registro de Preços nº. 033/2023**, regido pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº: 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, pelo Decreto Federal nº. 3.555/2000, Decreto Municipal nº. 8949/2010, alterado pelo Decreto Municipal 9345/2011, Decreto Municipal 13214/2020, alterado pelo Decreto Municipal 13434/2020 e pelas demais condições fixadas neste Edital.

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO INICIAR-SE-Á:

DIA: 05 de Outubro de 2023

HORA: 14:00hs (Quatorze horas)

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília

LOCAL: DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES – na sala de reuniões (2º andar) na sede do Serviço Autônomo Saneamento Básico – SAAE, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, Itabirito/MG.

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira do SAAE e equipe de apoio nomeada pela Portaria SAAE/ITA 075/2023.

Declarada aberta a Sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

I – DO OBJETO

1.1. Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para atender as demandas e eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito, conforme especificações contidas no anexo I deste edital.

1.2. O Sistema de Registro de Preços será adotado conforme situações previstas no Decreto Municipal 13.214/2020.

1.3. A prestação de serviços/fornecimento ocorrerá conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) deste edital, de acordo com a efetiva necessidade do SAAE.

II – DA ÁREA SOLICITANTE

2.1. Área Administrativa - Setor de Comunicação

III – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos**, que poderão ser sanados por telefone (31) 3562-4134 e (31) 3562-4143 ou deverão ser encaminhados por escrito à Pregoeira pelo e-mail licitacao@saaeita.mg.gov.br ou protocolizada no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h, em **até 2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, sob pena de não acolhimento.

3.1.1. As respostas da Pregoeira às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas no site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes.

3.2. A impugnação aos termos deste instrumento convocatório somente será conhecida e considerada quando seguir os procedimentos contidos no artigo 41 e parágrafos da Lei nº: 8.666/93.

3.2.1. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão e por licitante, **até o 5º (quinto) dia útil**, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@saaeita.mg.gov.br ou no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h, dirigida a Pregoeira, sob pena de não acolhimento.

3.2.1.1. A Pregoeira deverá julgar e responder a impugnação em **até 3 (três) dias úteis**, auxiliado pelo setor técnico competente, quando necessário.

3.2.2. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou licitante ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

3.2.3. Serão consideradas intempestivas impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, que por essa razão não sejam recebidas pela Pregoeira no prazo estabelecido.

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

3.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.5. Não sendo feito nenhum pedido de esclarecimento ou impugnação no prazo fixado, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitirem a apresentação das propostas, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas que forneçam o objeto do presente edital, legalmente constituídas e que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório, incluindo também as empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas.

4.2. Cópia deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada do Edifício - Sede do SAAE de Itabirito, no site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes ou poderá ser solicitado através do e-mail licitacao@saaeita.mg.gov.br ou ainda junto ao Departamento de Compras/Licitações, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

4.3. É vedada a participação:

4.3.1. De empresa concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução, fusão, cisão, incorporação ou em liquidação;

4.3.2. De empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e ainda não reabilitadas; e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei nº: 8.666/93;

4.3.3. De empresa suspensa ou impedida de transacionar com a Administração ou qualquer dos seus órgãos descentralizados;

4.3.4. De empresa que não for estabelecida em território nacional;

4.3.5. De empresa que esteja reunida em consórcio¹ ou coligação;

4.3.6. De empresa cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

4.3.7. De empresa cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor desta Autarquia;

4.3.8. E os demais interessados que se enquadrem nas hipóteses do art. 9º da Lei nº: 8.666/93.

4.4. A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

V – DO CREDENCIAMENTO

5.1. O CREDENCIAMENTO SE DARÁ, JUNTO A PREGOEIRA, NO ATO DA ENTREGA DOS ENVELOPES, POR:

a) **UM SÓCIO OU DIRETORIA**, com poderes de administração, munido de documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b) **UM REPRESENTANTE**, munido de procuração, documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, da empresa que representa.

5.1.1. O Contrato Social/Estatuto da empresa licitante poderá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº: 8.666/93.

5.2. Se o licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de dar lances e, principalmente, de recorrer dos atos da Pregoeira.

5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa licitante neste PREGÃO, sob pena de exclusão sumária dos representados.

¹ Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando a ausência de complexidade do objeto a ser licitado; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação da participação de empresas em “consórcio” neste certame. Ainda, a autorização para o consorciamento de empresas para execução do objeto poderia diminuir circunstancialmente o número de participantes no certame, se mostrando um ato antieconômico.

5.4. A OUTORGA DE PODERES PARA EFETUAR LANCES **DEVERÁ ESTAR EXPRESSA** na carta de credenciamento (**Anexo III**) ou procuração, caso contrário os credenciados ou procuradores não poderão ofertar lances.

5.5. A licitante deverá apresentar juntamente com o solicitado nos itens acima a DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (**Anexo IV**) E, se for o caso, a DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (**Anexo VII**), **AMBAS FORA DOS ENVELOPES**.

5.6. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada legível, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº: 8.666/93, com exceção dos extraídos via internet.

5.7. Após o encerramento do credenciamento, identificação dos representantes das empresas proponentes e entrega dos envelopes contendo as propostas e a documentação, será declarada a abertura da sessão pública pela (o) Pregoeira (o), e não mais serão admitidos novos proponentes.

VI – DA CONDUÇÃO DO CERTAME

6.1. Caberá a pregoeira, em especial:

- I - Conduzir a sessão pública;
- II - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- III - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- IV - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- V - Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VI - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VII - Indicar o vencedor do certame;
- VIII - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- IX - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- X - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo Único - A pregoeira poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

VII – DA ENTREGA E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. A proposta Comercial e a Documentação de Habilitação exigidos neste edital deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes distintos, indevassáveis e colados, rubricados nos fechos, sob pena de desqualificação, até o dia, horário e local fixado neste Edital, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01

ENVELOPE Nº 01
PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 006/2023
S.R.P. Nº 033/2023
Nome da empresa/ CNPJ / Endereço

ENVELOPE Nº 02

ENVELOPE Nº 02
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 006/2023
S.R.P. Nº 033/2023
Nome da empresa/ CNPJ / Endereço

7.2. Os envelopes contendo a proposta e os documentos para habilitação deverão ser protocolados no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito - MG, ou entregues pessoalmente, na sala de reuniões de licitações até o horário de abertura do certame.

7.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes apresentados após a data e hora estipuladas neste Edital.

7.4. O SAAE não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do Setor de Compras/Licitações do SAAE, e que, por isso, não cheguem na data e/ou horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório, valendo como horário oficial para este certame o de Brasília/DF.

VIII – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE Nº 01

ATENÇÃO: PREFERENCIALMENTE UTILIZAR O MODELO DE PLANILHA CONSTANTE NO ANEXO DA PROPOSTA COMERCIAL.

8.1. No Envelope: “Proposta Comercial” deverá constar apenas uma proposta comercial, devidamente preenchida, em língua portuguesa, datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo as especificações conforme o **anexo II** deste edital, em que conste:

8.1.1. A razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, dados bancários e assinatura ao final pelo proponente ou mandatário devidamente constituído;

8.1.2. Indicação do prazo de validade da proposta, **não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes.

8.1.2.1. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do dia da sessão de recebimento dos envelopes.

8.1.3. Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo, utilizando **duas casas decimais após a vírgula**, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

8.1.3.1. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes e seguros incidentes ou quaisquer outros ônus que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

8.1.4 - A indicação de uma única marca para cada item cotado, bem como, a descrição completa, detalhada e individualizada dos produtos, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas, de maneira a não ensejar dúvida por ocasião da análise e do julgamento.

8.2. A proposta deverá ser redigida de forma clara e precisa e impressa em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas.

8.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

8.4. Após abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

- 8.5.** Não serão aceitas propostas enviadas via fax, e-mail ou em envelopes abertos/grampeados.
- 8.6.** Após a entrega das propostas, não será admitida a sua retirada ou o descumprimento das condições estabelecidas neste edital, ficando a licitante sujeita à suspensão ou cancelamento de seu registro no cadastro de fornecedores do SAAE.
- 8.7.** A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** Os envelopes das PROPOSTAS COMERCIAIS serão abertos pela Pregoeira que, após a rubrica por todos os presentes, verificará sua conformidade com os requisitos do edital e seus anexos; examinará a aceitabilidade quanto aos preços apresentados e procederá à classificação daquelas que estejam em acordo com o edital e apresentem o **MENOR PREÇO GLOBAL** ou valores sucessivos e superiores em **até 10% (dez por cento)**, relativamente ao menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 9.1.1.** É permitido à Pregoeira, após a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, suspender os trabalhos para fins de análise e classificação das propostas apresentadas pelos licitantes, oportunidade em que informará aos presentes a data, o horário e o local para a retomada dos trabalhos.
- 9.1.2.** Sempre que necessário, a Pregoeira poderá convocar técnicos, servidores ou não, para auxiliar na análise das propostas referentes às licitações que exijam conhecimentos técnicos ou científicos específicos ou especializados.
- 9.2.** Para fins do que dispõe o art. 48, inciso II da Lei nº: 8.666/93, a Pregoeira poderá exigir a apresentação da planilha de custos na abertura das propostas bem como após a fase de lances, na própria Sessão.
- 9.3.** Quando não forem verificadas, **no mínimo, 03 (três) propostas** comerciais nas condições do item 8.1, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas.
- 9.4.** Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio.
- 9.5.** Às licitantes classificadas conforme os itens 9.1 e 9.3; será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 9.5.1.** Caberá ao Pregoeira a definição e/ou alteração de valores mínimos na fase de lances verbais.
- 9.6.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 9.7.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 9.8.** Casos não se realizem lances verbais, verificada a conformidade entre a proposta de **MENOR PREÇO**, as exigências do edital e ainda, o preço estimado para a contratação, a Pregoeira negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 9.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas.**

- 9.10** Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 9.11** A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao preço apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital e anexos.
- 9.12.** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente. Se não aceitável, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, prosseguindo-se ao certame.
- 9.13.** Ainda durante a sessão pública do pregão, o licitante declarado vencedor deverá readequar seu preço, com as modificações necessárias para sua adaptação ao novo preço proposto, caso solicitado pela Pregoeira.
- 9.14. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.**
- 9.14.1.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam **iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço**.
- 9.15.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.15.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 9.15.2.** Não ocorrendo contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 9.14.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.13.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 9.15.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.13.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.16.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.14.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 9.17.** O disposto no item 9.13 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.18.** Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios ou incompatíveis com o valor orçado.
- 9.19.** Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias.
- 9.20.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.21.** Caso não mais se realize lances verbais; será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 9.22.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 9.23.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, não implicará a exclusão imediata da licitante da etapa de lances verbais, mas sim a manutenção do último preço por ela apresentado, impossibilitando-a de efetuar novos lances, salvo nas hipóteses previstas nos incisos XVI e XVII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520/02.

9.24. Será desclassificada a proposta que:

9.24.1. Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório ou forem elaboradas em desacordo com as exigências do edital e seus Anexos.

9.24.2. Apresente preço unitário ou global simbólico, irrisório, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexecuível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e nos incisos I e II do art. 48, da Lei nº: 8.666/93.

9.24.3. Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeitos de linguagem ou outras irregularidades que impossibilitem o julgamento.

9.24.4. Não se referir à integralidade do objeto

9.25.5. Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou 1 oferta de vantagem baseada na proposta das demais licitantes.

9.26. Em caso de divergência entre o somatório dos preços unitários dos objetos e o preço global da proposta, prevalecerá o primeiro.

9.27. O valor total da proposta será ajustado pela Pregoeira em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros e consignados em ata. Caso a licitante não aceite as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

9.28. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

9.29. A Pregoeira poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

X – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ENVELOPE Nº 02

10.1. Para participar deste certame, o proponente deverá apresentar o envelope “Documentos de Habilitação” hermeticamente fechado, contendo todos os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para recebimento dos envelopes:

10.1.1. Prova de inscrição do CNPJ do estabelecimento que participará da licitação;

10.1.2. Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.1.3. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com o Município sede da licitante;

10.1.4. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública Estadual;

10.1.5. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa Unificada, referente aos tributos federais e contribuições previdenciárias;

10.1.6. Certidão Negativa de Débito trabalhista ou Positiva com Efeito de Negativa (**CNDT**) Conforme Lei nº. 12.440/2011;

10.1.7. Declaração que a licitante atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal nº: 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. (**Anexo VI**).

10.1.8. Declaração de inexistência de fatos impeditivos. (**Anexo V**).

10.1.9. Declaração somente para as microempresas ou empresa de pequeno porte, quanto à restrição em Documentação de Regularidade Fiscal, se for o caso, (**Anexo VIII**).

10.1.10. Registro comercial, e sua última alteração, se houver, **no caso de Empresa Individual.**

10.1.11. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e todas as suas alterações, se houver, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais.

10.1.12. Estatuto e suas alterações se houver acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações.

10.1.13. Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de que a diretoria está em exercício, no caso de sociedades civis.

10.1.14. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2. Os documentos acima enumerados poderão ser apresentados em originais ou cópias reprográficas legíveis, devidamente autenticadas em cartório; pela Pregoeira ou pela sua equipe de apoio, sendo reservado a estes o direito de exigir a apresentação do original para conferência, no ato da abertura da habilitação, conforme disposto no art. 32 da Lei nº. 8.666/93. As documentações acima citadas, quando retirados pela internet terão sua autenticidade certificada pela Pregoeira junto aos sites correspondentes.

10.3. Para certidões emitidas que não tenham, de forma explícita, o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados a partir de sua emissão.

10.4. Sob pena de inabilitação, a documentação contida nos respectivos envelopes somente será aceita em língua portuguesa, ressalvadas as expressões técnicas de uso corrente.

10.5. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará a proponente, salvo disposição contrária de lei.

10.6. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

10.7. *As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar TODA a documentação acima exigida para efeito de comprovação de habilitação, MESMO QUE APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, sob pena de inabilitação.*

XI – DAS CONDIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

11.1. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o Envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

11.2. É permitido à Pregoeira, após a abertura dos envelopes contendo a documentação, suspender os trabalhos para fins de análise e classificação das propostas apresentadas pelos licitantes, oportunidade em que informará aos presentes a data, o horário e o local para a retomada dos trabalhos.

11.3. Sempre que necessário, a Pregoeira poderá convocar técnicos, servidores ou não, para auxiliar na análise da documentação referente às licitações que exijam conhecimentos técnicos ou científicos específicos ou especializados.

11.4. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, a Pregoeira prosseguirá com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

11.5. A ausência de documento e/ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará a proponente, SALVO nas hipóteses previstas no item 11.6.

11.6. Para as **MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do SAAE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.6.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 11.6, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

11.7. Ocorrendo a hipótese contida no item 11.6, o juízo de habilitação referente à microempresa e a empresa de pequeno porte será suspenso até a apresentação da documentação necessária.

11.7.1. A sessão será suspensa e a Pregoeira definirá e comunicará as licitantes a data na qual será dada continuidade ao pregão.

XII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pela Pregoeira o objeto da presente licitação.

12.2. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada com o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços a serem registrados, da análise dos documentos de habilitação dos recursos interpostos, além de ocorrências relevantes.

12.3. Inexistindo manifestação recursal, Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

12.4. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIII – DOS RECURSOS

13.1. Os recursos, cujos efeitos, prazos, trâmites e condições de cabimento são aqueles fixados no artigo 109 da Lei nº: 8.666/93, bem como, art. 4º, XVIII da Lei nº: 10.520/02 e deverão ser dirigidos a Pregoeira.

13.2. Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em ata, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias** corridos ²para apresentar razões de recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2.1. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata, sendo que o prazo de 03 (três) dias corridos para as contrarrazões contar-se-á da data da lavratura da ata.

² Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Lei 8.666/1993)

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.4. O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

13.5. O acolhimento de recurso ou a reconsideração de decisão pela Pregoeira importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. As razões e contrarrazões do Recurso poderão ser apresentadas de forma oral reduzida a termo em ata da sessão ou apresentadas através de memoriais devendo ser protocoladas no Setor de Compras/Licitações do SAAE, situado à Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro – Itabirito/MG, no prazo estabelecido no item 13.2.

13.7. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade competente homologará o resultado da licitação.

13.8. Dos demais atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei nº. 8.666/93, caberá:

13.8.1. Recurso dirigido à autoridade superior por intermédio da Pregoeira, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no preâmbulo deste edital, nos casos de: anulação ou revogação da licitação; rescisão de contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº. 8.666/93 aplicações das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

13.8.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

13.8.3. Pedido de reconsideração, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

13.9. Os recursos deverão ser interpostos no prazo legal, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@saeita.mg.gov.br ou protocolizada no Setor Compras/Licitação, localizado na Rua Rio Branco, nº 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, sob pena de não acolhimento.

13.9.1. A petição deverá ser assinada pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

13.9.2. O SAAE não se responsabilizará por recursos endereçados via postal, ou para outros endereços eletrônicos ou ainda entregues em locais diversos do Compras/Licitação, localizado na Rua Rio Branco, nº 99, 2º andar, e que, por isso, não sejam entregues no prazo legal.

XIV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, o SAAE convocará os proponentes classificados, para **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

14.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor, durante o transcurso do prazo inicial e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SAAE.

14.2. A recusa injustificada em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo estabelecido no item 14.1, sujeitará o Licitante vencedor à aplicação da penalidade prevista neste instrumento convocatório.

14.3. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

14.4. O preço registrado e a razão social da licitante serão publicados e ficarão disponibilizados durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.5. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

14.5.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

14.5.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

14.5.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

14.5.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

14.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, conforme preceitua o art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

14.7. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga o SAAE a efetuar a(s) contratação(ões) que dele(s) poderá(ão) advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.8. A contratação obedecerá à conveniência e necessidade do SAAE, limitada às quantidades estimadas e dentro do período de vigência da ata.

14.9. A assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** estará condicionada à:

- a) Comprovação da regularidade da situação do Licitante vencedor, nos termos definidos neste edital;
- b) Apresentação da proposta detalhada, com os preços corrigidos após os lances.

14.10. A contratação dos itens discriminados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou de parte dele, poderá ser formalizada por intermédio de **instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.**

14.11. O setor gerenciador avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento do preço e fará publicar, trimestralmente, os preços registrados.

14.12. A Ata de Registro de Preços depois de assinada será encaminhada ao Departamento competente e aos gestores do contrato que se incumbirá de realizar todo o acompanhamento e gerenciamento da mesma, bem como a pesquisa de mercado.

14.13. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos/serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº: 8.666, de 1993.

14.14. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá libera-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.15. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.16. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.17. A ARP será utilizada para futura e eventual contratação pelo SAAE, sendo permitida Adesão a Ata por outros entes da Administração Pública, desde que previamente autorizado pelo SAAE.

XV - DA REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

15.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.8. Considerando o prazo de validade do Registro de Preços, FICA VEDADO QUALQUER REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, em atendimento ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

15.9. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, das quais resulte desequilíbrio financeiro permanente, a CONTRATADA e a CONTRATANTE poderão pleitear revisão de preços, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações.

15.10. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor do contrato, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório/processo de dispensa ou inexigibilidade, número da modalidade licitatória e número do contrato;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.10.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

15.10.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

15.10.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

15.11. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

15.12. É VEDADO À CONTRATADA INTERROMPER A ENTREGA DOS PRODUTOS, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLAÚSULA.

15.13. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

XVI – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1. O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

16.1.1. Pelo CONTRATANTE

16.1.2. A Contratada deixar de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

16.1.3. A Contratada não atender à convocação para firmar Ata decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

16.1.4. A Contratada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

16.1.5. Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Contratada, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;

16.1.6. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata decorrente do Registro de Preços;

16.1.7. Quando, por força de fusão ou incorporação da CONTRATADA, bem como associação com terceiros, cessão da posição contratual, cisão, não for comunicado ao CONTRATANTE até 05 (cinco) dias úteis dos respectivos atos, devidamente registrados;

16.1.8. Os preços registrados apresentarem-se superiores aos praticados no mercado e a Contratada se recusar a baixá-los.

16.1.9. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado, conforme inciso XII do artigo 78 da Lei 8666/93.

16.1.10. Demais situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8666/93.

16.1.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar da Contratada, a comunicação será feita por publicação em jornal de grande circulação, por uma vez e afixado no local de costume do órgão responsável pelo Registro, considerando-se cancelado o registro na data da publicação.

16.2. Pela CONTRATADA

16.2.1. Mediante solicitação por escrito, aceita motivadamente pela Administração, a Contratada deverá comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

16.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

16.4. A solicitação da Contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, faculta à Administração, a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei nº 8.666/93.

XVII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

- I** - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
- II** - Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- III** - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- IV** - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- I** - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- II** - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- III** - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

- I** - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;
- II** - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;
- III** - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I** - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;
- II** - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- III** - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

- I** - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;
- II** - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

- I** - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuem ocorrência anterior registrada em documento oficial;
- II** - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;
- III** - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

- a.** Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b.** Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;
- c.** Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;
- d.** Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A **declaração de inidoneidade**, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337-E a 337-O do Código de Processo Penal.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

XVIII – DA RESCISÃO

18.1. Constituem motivos para rescisão do contrato os casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei nº: 8.666/93.

18.2. O contrato poderá ser rescindido na forma do art. 79 da Lei nº: 8.666/93.

18.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº: 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito à devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

18.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei nº: 8.666/93.

18.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.1.1. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

19.2. O não comparecimento do interessado às sessões públicas ou a falta de sua assinatura nas respectivas atas, implicará na concordância das decisões da Pregoeira.

19.3. Os envelopes não abertos contendo os documentos de habilitação dos licitantes ficarão sob a guarda da Pregoeira, e deverão ser retirados pelos respectivos licitantes pelo prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão do certame. Ao término deste prazo os envelopes serão destruídos, sem que caibam quaisquer reclamações.

19.4. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

19.5. As licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo licitatório.

19.6. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

19.7. A licitação não implica proposta de contrato por parte do SAAE. Até a assinatura do Contrato poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Administração tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

19.8. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar total ou parcialmente esta licitação, por motivo de interesse público, bem como anulá-la, por invalidade, dando ciência de sua decisão aos participantes, sem que a estes caiba qualquer direito de reclamação ou indenização.

19.9. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.10. Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o SAAE de Itabirito comunicará os fatos verificados ao Ministério Público, para as providências devidas.

19.11. As decisões do Diretor/Presidente e da Pregoeira e o extrato de contrato serão publicados no órgão de Imprensa Local, conforme artigo 78 da Lei orgânica e artigo 6º, XIII da Lei nº. 8.666/93, podendo ser aplicado o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei nº. 8.666/93.

19.12. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da autoridade competente superior do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito/MG.

XX – ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL

20.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Habilitação;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Idoneidade;

ANEXO VI – Modelo de Declaração do Empregador;

ANEXO VII – Modelo de Declaração somente para as ME e EPP;

ANEXO VIII – Declaração para ME e EPP, quanto à restrição em Documentação de Regularidade Fiscal;

ANEXO IX – Minuta da Ata de Registro de Preços.

ANEXO X – Minuta de Contrato.

Itabirito – MG, 26 de Setembro de 2023.

ROGÉRIO EDUARDO DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE DO SAAE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. DO OBJETO

Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para atender as demandas e eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto compreende os seguintes itens abaixo, que integram o presente expediente:

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Valor unit.
01	BOLO SIMPLES SEM COBERTURA , no formato redondo ou quadrado, servindo aproximadamente 20 fatias cada, devendo apresentar cor, cheiro, sabor e textura do produto, podendo ser solicitados os seguintes sabores: fubá, fubá cremoso c/ queijo, coco, milho, mandioca, formigueiro, cenoura com chocolate e limão com cobertura cremosa de mousse de limão. Os bolos poderão ser solicitados já fatiados em badejas apropriadas para transporte e que permitam ser colocada a mesa para servir, podendo ser descartáveis.	Unid.	300	
02	BOLO FESTIVO RECHEADO COM COBERTURA Sendo massa branca ou massa de chocolate. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: brigadeiro de chocolate ao leite, brigadeiro de chocolate branco (podendo ser com pedaços de chocolate), beijinho, prestígio, creme branco de leite/coco/amendoim/limão/maracujá/chocolate, doce de leite, quatro leites. Todos os sabores poderão ser solicitados ou não com frutas (morango, pêssego, cereja, abacaxi, ameixa). Para a cobertura poderão ser solicitadas as seguintes: Merengue/Marshmallow, chantilly, Ganache, brigadeiro de chocolate ao leite e brigadeiro de chocolate branco, quatro leites. As coberturas podem ser solicitadas do tipo confeitadas, ou decoradas, ou temáticas (contendo granulados, coco, confetes, raspas de chocolate, frutas, e etc.). Os bolos deverão ser fornecidos em fatias de 80 a 100 gramas cada, aproximadamente, embaladas em papel laminado.	Fatia	1.000	
03	SALGADOS FRITOS – COXINHA DE FRANGO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa cremosa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa, recheio de peito de frango desfiado, com fragmentos de salsinha e cebolinha. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.	Cento	100	
04	SALGADOS FRITOS – PASTEL DE ANGU Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa cozida a base de fubá. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: carne, frango e de queijo, alho poró. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.	Cento	50	
05	SALGADOS FRITOS – KIBE Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa feita a base de trigo para Kibe. Podendo ser solicitado com recheio de queijo catupiry. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.	Cento	50	
06	SALGADOS FRITOS – PASTEL DE FARINHA DE TRIGO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: carne, frango, queijo e pizza. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.	Cento	50	

07	<p>SALGADOS FRITOS – ENROLADINHO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: queijo e salsicha</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50	
08	<p>SALGADOS FRITOS – BOLINHA DE QUEIJO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa, recheio de queijo muçarela.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50	
09	<p>SALGADOS FRITOS – RISSOLE DE MILHO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa, recheio de milho cremoso.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50	
10	<p>SALGADOS ASSADOS – EMPADA Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, com o recheio de frango.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50	
11	<p>SALGADOS ASSADOS – ESFIRRA Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, recheio de carne moída.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50	
12	<p>SALGADOS ASSADOS – FOLHADOS Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa folhada. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: abacaxi com bacon e queijo.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30	
13	<p>SALGADOS ASSADOS – QUICHE DE ALHO PORÓ Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, recheio de alho poró com queijo.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30	
14	<p>SALGADOS ASSADOS – TROUXINHA DE FRANGO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, recheio de frango com catupiry.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30	
15	<p>SALGADOS ASSADOS – MINI PIZZA Com média de peso de 40 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: presunto e muçarela e calabresa.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30	
16	<p>SALGADOS ASSADOS – CROISSANT Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa de croissant. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: carne, frango, quatro queijos, calabresa com requeijão.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30	
17	<p>SALGADOS ASSADOS – PÃO DE QUEIJO/ BISCOITO DE QUEIJO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa de polvilho.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	100	

18	<p>MINI SANDUICHE Com média de peso de 40 gramas aproximadamente, pão de hamburguer, com recheio de presunto, muçarela, alface, tomate e cereja.</p> <p>Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30	
19	<p>QUITANDAS DOCES – BISCOITOS Com média de peso de 4 gramas cada, aproximadamente, massa a base de farinha de trigo. Podendo ser solicitado nos seguintes tipos: nata, coco, chocolate, casadinho de goiaba, amanteigado e rosquinha doce.</p> <p>Os biscoitos deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Kg	30	
20	<p>BEBIDAS – REGRIGERANTES Tipo Coca Cola – Pet 2 litros Podendo ser solicitado light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	250	
21	<p>BEBIDAS – REGRIGERANTES Tipo Fanta – Pet 2 litros Podendo ser solicitado light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	200	
22	<p>BEBIDAS – REGRIGERANTES Tipo Guaraná – Pet 2 litros Podendo ser solicitado light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	250	
23	<p>BEBIDAS – SUCO EM CAIXA 1LITRO Caixinha tetra pak ou similar Podendo ser solicitado nos seguintes sabores: uva, manga, pêssego, abacaxi e maracujá. light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	200	
24	<p>BEBIDAS – ACHOCOLATADO Garrafa térmica de 2 litros. Preparado com leite e chocolate em pó.</p>	Unid.	50	
25	<p>SALADA DE FRUTA Potes de 150 gramas cada aproximadamente, contendo as seguintes frutas: mamão papaia, maçã, pera, uva rubi (sem sementes), banana prata, kiwi, laranja, abacaxi e morango.</p>	Unid.	1.000	
26	<p>KIT LANCHE Denominado Kits Lanche, contendo todos os alimentos prontos para consumo, contendo: 01 pão francês/bisnaga (50g), com 1 fatia de queijo muçarela (15g) e 1 fatia de presunto magro (15g) , 01 suco de fruta: 200 ml, Caixinha tetra pak ou similar. Opções de sabores: Laranja, uva, maracujá, pêssego e maçã, ou 01 garrafa pet de refrigerante 250 ml, de primeira qualidade, sabores diversos (INCLUIR A OPÇÃO LIGHT/DIET/ZERO) * Alternar os sabores do suco e refrigerante conforme demanda do evento. 01 fruta, safra da época. Alternar as frutas conforme demanda do evento e solicitação; Exemplo: maçã, pera, banana, goiaba, mexerica e pêssego. Embalagens individuais, dentro de 01 sacola plástica contendo guardanapo e canudo. Bebidas deverão estar geladas.</p>	Unid.	750	
27	<p>CAFÉ Garrafa térmica de 2 litros. Podendo ser solicitado com ou sem açúcar</p>	Unid.	50	

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. A empresa contratada deverá realizar o fornecimento dos lanches de acordo com as demandas da CONTRATANTE;

3.2 A empresa contratada deverá ter uma equipe bem treinada, sistema de controle de qualidade, elevado padrão de higiene, acondicionamento adequado também para o transporte.

3.3. Cumprir rigorosamente as normas da Vigilância Sanitária, principalmente no quesito higiene, acondicionamento e transporte do serviço licitado;

- 3.4. Ser responsável pela guarda e acondicionamento devido dos lanches, até à hora do seu consumo;
- 3.5. Fornecer cada item solicitado de acordo com a necessidade de cada evento;
- 3.6. Disponibilizar os lanches em porções (individuais e embalados individualmente, quando for o caso).
- 3.7. O café e o achocolatado deverão ser fornecidos em Garrafa Térmica com capacidade para 2 (dois) litros.
- 3.8. Sendo o evento realizado por mais de um dia consecutivo, a contratada não poderá, em hipótese alguma, reutilizar os lanches do dia anterior.
- 3.9 A entrega do objeto do contrato será de responsabilidade da CONTRATADA.

4. CONDIÇÃO DO SERVIÇO/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: BEM COMUM

O objeto a ser eventualmente contratado enquadra-se na categoria de bem comum, de que tratam a Lei Nacional nº 10.520, de 2002 e o Decreto nº 3.555, de 2000, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade **Pregão Presencial**.

Em atendimento ao § 2º do Art. 1.º do Decreto Municipal 12.943/2019, a inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser justificada. Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. Além disto tem se observado através de acompanhamento de pregões eletrônicos que embora tenha sido concebido para agilizar os procedimentos, excessiva demora em suas conclusões, dado ao grande volume de empresas que declinam de suas propostas, o que não ocorre na forma presencial.

A modalidade licitatória que se pretende adotar é a de pregão, na forma presencial, tomando por amparo legal o que está previsto na Lei 10.520/2002, e subsidiadamente pela lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Pelo fato de fomentar a economia local e da região, bem como, proporcionar o rápido acesso aos serviços e produtos perecíveis. Um fato relevante também que nos leva a realizar o pregão de forma presencial é a agilidade dos serviços e o imediatismo deste, já que nem todos estão previstos em calendários prévios e podem ser decididos em curto espaço de tempo e por se tratar de alimento para consumo, não cabe a demora na entrega, face esclarecimentos, ora expostos:

- a) A Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 que versa sobre o pregão, requer que o mesmo poderá ser aplicado na contratação de bens e serviços comuns, onde a finalidade seja obter itens de simples descrição;
- b) O MUNICÍPIO DE ITABIRITO está localizado em uma região, distante aproximadamente de 60 km da capital.
- c) Acórdão 1168/2009 Plenário (Sumário). A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade;

Sendo assim, a utilização do pregão, na forma presencial, que pretendemos utilizar não é modalidade extinta e nem revogada, desse modo, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a aquisição do objeto do certame, pois a Administração da Autarquia tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos. Diante acima exposto justifica-se a realização de PREGÃO PRESENCIAL.

5. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

Frisa-se que a adoção do critério de menor preço global se justifica por se tratar de aquisição de lanches, impossibilitando o fracionamento.

Dois aspectos devem ser considerados, então, previamente à decisão de licitar o objeto como um todo, ou de modo individualizado/parcelado: primeiramente, se o objeto comporta materialmente a divisão, sem qualquer prejuízo; e segundo, se a divisão é a opção mais vantajosa para a Administração, do ponto de vista técnico e econômico.

O critério de menor preço global otimiza a logística de recebimento, cumprimento dos horários de entrega além de fornecer todos os itens com a mesma qualidade, enquanto a licitação fracionada poderia gerar custos como, atraso na entrega de alguns itens, diferença da qualidade dos itens fornecidos por licitantes diferentes, prejudicando o objetivo final de oferecer um lanche de qualidade para os servidores nos eventos organizados pela autarquia.

Destaca-se ainda que, utilizando o critério de menor preço global, diminuimos as chances de variações da qualidade e impontualidade nos horários das entregas. Assim, gerenciar várias empresas na execução do objeto da licitação, causaria grandes transtornos, impossibilitaria inclusive alcançar os objetivos dos eventos, visto que, oferecer um lanche nos eventos, pode encorajar e fortalecer ainda mais a interação.

Ademais, mostrar-se-ia antieconômico e por demais elevado o custo de mobilização de diferentes empresas para entrega do objeto que se pretende contratar, fosse essa a escolha da Administração.

A obrigatoriedade do critério quanto à aceitabilidade de preços unitários.

A Lei 8.666/93, prevê no art. 40, inc. X, que o edital deverá indicar, obrigatoriamente, o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso. In verbis.

Art. 40. (...) X - critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48.

Nesse viés, nota-se que, independentemente do julgamento das propostas - pelo valor global ou por lotes - deve-se exigir no edital, em conformidade com o disposto nos arts. 40, inc. X, e 44, §3º, da Lei 8.666/93, a apresentação, pelos licitantes, dos preços unitários que compõem os itens, a fim de que a Administração possa fazer a adequada análise sobre a exequibilidade dos valores apresentados, sob pena de desclassificação da proposta, nos termos do art. 48, inc. II, da Lei 8.666/93.

Desse modo, mesmo que o critério de julgamento seja o menor preço global, a análise dos valores unitários que compõem cada proposta é recomendada de modo a evitar a contratação de uma empresa que tenha apresentado uma proposta global exequível, porém, com preços unitários inexecutáveis ou excessivos. A inclusão da referida planilha em edital, mesmo que estimada, terá o condão de orientar os licitantes a não incidirem nestas irregularidades que prejudicarão suas propostas.

6. REGIONALIDADE: REGIÃO DOS INCONFIDENTES – MG, ATÉ 60 KM DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO

Julgamos que seja de suma importância a modalidade de pregão com a referida restrição, pois este processo se trata de um grande volume (quantidade e numerários) de produtos alimentícios.

É muito importante considerar que o Saae realiza eventos que sua mobilização começa cedo, em torno das 7 horas da manhã e que os lanches precisam ser entregues na hora para o consumo.

Na prática, sabemos o quanto é difícil para algumas empresas atenderem estas demandas, mas é a necessidade real do serviço a ser prestado na Autarquia. Por isso, pode ser que empresas locais ou desta região consigam atender aos eventos de acordo com as reais necessidades. Este processo não se trata apenas de aquisição de lanches em eventos em locais fechados com controle de temperatura e ambiente, mas também de eventos em espaço aberto, em locais onde iremos montar nossa infraestrutura. Essas empresas que participarão deste processo, sendo empresas da região, é um pouco mais provável que elas consigam atender a finalidade deste objeto sem perder a qualidade dos eventos. Este processo lida com alimentos de consumo imediato, como salgados, café, achocolatados. Produtos que dependendo da situação, o transporte de longa distância pode colocar em risco questões sanitárias. Além da perda do produto, também podem colocar em risco a saúde das pessoas que irão consumir os mesmos.

Este ponto de vista vai além de fornecer produtos na refrigeração correta no tempo solicitado (alimentos quentes e líquidos refrigerados), é conseguir fornecer os mesmos em segurança, salvaguardando a qualidade.

Os produtos a serem fornecidos devem ser recebidos os mais frescos e naturais possíveis, com consistência firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, isentos de enfermidades, além de serem acondicionados em local adequado para preservar os nutrientes e características dos produtos e a segurança sanitária, evitando possível contaminação dos produtos por bactérias.

A finalidade da exigência é garantir, que os produtos que serão entregues conforme necessidades de forma imediata estejam em perfeitas condições sanitárias e terão o armazenamento em local adequado, com possibilidade de fiscalização por parte do município.

7. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto o fornecimento de salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para os servidores do Saae e outros participantes presentes nos eventos promovidos pela Autarquia tais como, cursos, treinamentos, palestras, reuniões gerenciais e administrativas.

8. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS (em consonância com o art. 15, II, Lei nº 8.666/93).

Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP (que não é uma modalidade de licitação) visando contratações futuras, eventuais e por demandas, se concretizando diante de situações onde haja as seguintes especificidades, consoante Decreto Municipal nº 13.214, de 03 de junho de 2020:

- a) Quando for mais conveniente à aquisição de bens ou a contratação de serviços de forma parcelada;
- b) Quando for conveniente para o atendimento da demanda de mais de um Órgão da Administração Municipal, direta e indireta, ou programa de governo;
- c) Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente a ocasião e o quantitativo a ser demandado pela Administração Municipal;
- d) Outra hipótese em que seja a melhor escolha para atendimento do interesse público.

Verifica-se que, no presente caso, há o cumprimento dessas especificidades e, por essa razão, justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP.

Esse procedimento facilita o gerenciamento do ajuste da Autarquia Pública, principalmente quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo Saae.

Ademais, a legislação local exige que, para adoção do SRP, deve-se valer da modalidade Pregão, antecedida de ampla pesquisa de mercado:

Art. 7º O Registro de Preços deverá ser efetivado por meio de licitação na modalidade pregão e será precedido de ampla pesquisa de mercado.

Considerando que o objeto da presente contratação se trata de aquisição de objeto de natureza comum, a modalidade que se adequa é mesmo o Pregão, mediante Sistema de Registro de Preços - SRP.

9. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO (em consonância com o art. 7º, § 4º, Lei nº 8.666/93 e com o art. 15, § 7º, II, Lei nº 8.666/93).

Considerando as experiências vividas nos exercícios anteriores, as quantidades foram estimadas pelo número de eventos realizados. Entendemos que o quantitativo estimado para esta contratação se fará prudente para realização de eventos realizados no período de 12 meses, considerando o número atual de 152 servidores, possíveis admissões e convidados para os eventos.

10. JUSTIFICATIVA DE CONTRATO DE CARÁTER CONTINUADO: NÃO SE APLICA.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, no cumprimento deste Contrato, obriga-se a:

- a) Prestar os serviços contratados com zelo, eficácia, eficiência e efetividade, dentro dos prazos estabelecidos.
- b) Cumprir todas as determinações, as ordens verbais ou escritas dos responsáveis pela CONTRATANTE, quando o serviço e/ou materiais não atenderem às normas técnicas e legais estabelecidas.
Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que
- c) exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- d) Credenciar prepostos para representá-la permanentemente junto a CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato.
- e) Aceitar acréscimos e supressões até o limite previsto na legislação em vigor, nos termos do parágrafo primeiro e segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- f) Providenciar a imediata substituição do objeto do contrato que for fornecido em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- g) Zelar pela boa qualidade do objeto do contrato a ser fornecido.
- h) A prestação do serviço deverá ser de primeira qualidade e deverá obedecer aos requisitos e padrões mínimos exigidos por órgãos fiscalizadores.
- i) Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- j) Os lanches fornecidos estarão sujeitos à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência, no que se refere à quantidade, qualidade e prazo de validade.
- k) Utilizar para o transporte, veículo(s) adequado(s) de acordo com as normas sanitárias vigentes.
- l) Manter absoluta higiene no armazenamento, manipulação, preparo e transporte do objeto do contrato.
- m) Realizar o controle higiênico sanitário em todas as suas etapas.
- n) Os lanches deverão ser preparados nas dependências da CONTRATADA, sendo devidamente depois de prontos, acondicionados em recipientes térmicos e /ou isotérmicos com capacidade adequada às quantidades a serem servidas até o local informado pela CONTRATANTE.
- o) Não utilizar sobras e restos de alimentos.
- p) Cumprir os horários de atendimento estabelecidos pela CONTRATANTE, sem interrupção de distribuição de refeições dentro deste horário.
- q) Com referência a qualidade do objeto licitado aplicar-se-á a legislação vigente independentemente de transcrição neste Termo de Referência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, no cumprimento deste Contrato, obriga-se a:

- a) Prestar todas as informações e dados relacionados ao objeto ora contratado sempre que se fizer necessário ao cumprimento deste Contrato.
- b) Colocar à disposição funcionário(s) especializados(s) para orientações e fiscalização do Contrato.
- c) Efetuar o pagamento devido no prazo determinado.
- d) Exercer ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados, através de seus gestores, o que não reduzirá, nem excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.
- e) Realizar a conferência antecipada dos itens e utensílios recebidos para o serviço a ser prestado, passíveis de ressarcimento por quebras, roubos e danos.
- f) Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária necessária à realização da despesa decorrente do objeto desta licitação consta no Orçamento da Autarquia. Os recursos para o objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

14. DO VALOR ESTIMADO

Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços de mercado junto a empresas do ramo do objeto, sendo apurado para essa despesa o valor médio estimado de R\$ 169.598,75 (Cento e sessenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos), estando inclusos neste valor todos os impostos, taxas, tarifas e encargos.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1 Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os Arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as disposições contidas no Decreto Municipal 14.201 de 03 de fevereiro de 2022.

Gestor do Contrato:

Nome: Ameliane Gonçalves Ferreira Baião

E-mail: comunicacao@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31)35624105

Gestor Suplente do Contrato

Nome: Lucas Horta de Almeida

E-mail: seguranca@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31)35624143

Fiscal do Contrato

Nome: Lilian Aparecida de Castro Silva

E-mail: rh@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31)35624104

Fiscal Suplente do Contrato

Nome: Elaine Cristina de Oliveira

Email: planejamento@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31)35624142

15.2. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos produtos, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução do contrato. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança do pessoal na entrega objeto licitado;

15.3 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade dos lanches, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

15.4. Competirá ao responsável pela fiscalização do contrato velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pela contratada e neste instrumento;

15.5. Em caso de eventual irregularidade na entrega dos lanches, o agente fiscalizador dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

15.6. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pela Contratada.

16. VIGÊNCIA

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação, conforme preceitua o art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

17. DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 O local para a prestação de serviço será na Sede do Saae, situada na Rua Rio Branco, nº 99, Centro - Itabirito / MG, CEP 35.450-081, podendo, entretanto, ser na área urbana do município de Itabirito, desde de que previamente acordado entre as partes.

18. PRAZO PARA ENTREGA

18.1 A entrega deverá ser realizada em dias úteis de segunda a sexta, das 7h às 17h, podendo ocorrer aos sábados, domingos e feriados, sem ônus para o Saae.

18.2 O Saae enviará a autorização de fornecimento com no mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência e a entrega deverá ser realizada com no mínimo de 01 (uma) hora antes do horário do evento.

19. RECEBIMENTO/ACEITE

19.1 O recebimento do objeto contratado será realizado após aprovação e aceite da Fiscalização, sendo que a CONTRATADA será responsabilizada pela qualidade da prestação do serviço, consoante às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2 Os fornecimentos deverão ser comprovados mediante faturamento, que deverá estar em consonância com as requisições emitidas pelo Gestor do contrato, onde constem as seguintes especificações:

- a) Objeto do contrato;
- b) Quantidade;
- c) Valor unitário;
- d) Data da entrega.

19.3 Para o recebimento adequado do objeto contrato entregue, o servidor responsável deverá cumprir obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- a) Verificação do cumprimento do horário de entrega preestabelecido, conforme item 18.2, admitindo-se variação de 15 minutos;
- b) Condições de higiene do veículo e embalagens;
- c) Pedido de acordo com o solicitado;
- e) Temperatura;
- f) Peso;
- g) Análise sensorial: constatação de alteração que resulta em sabor e odor característico;
- h) Objetos estranhos: constatação da presença de objetos estranhos (metais, plásticos, etc.);

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão e aceite das Notas Fiscais, através de boleto bancário ou depósito bancário em conta corrente, sendo que a CONTRATADA deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito.

20.2 As notas fiscais deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, devendo ser emitidas dentro dos parâmetros legais, acompanhadas de cópia da CND (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS) da CONTRATADA e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

20.3 O pagamento será realizado pela Contabilidade do Saae de Itabirito-MG.

20.4 Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Saae, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

20.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

20.6 Para qualquer alteração nos dados da empresa, a CONTRATADA deverá comunicar ao Saae por escrito, acompanhada dos documentos alterados, antes da emissão da Nota Fiscal.

20.7 Informamos que a Autarquia Municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

20.8 Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

20.9 Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

20.10 As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

20.11 No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

20.12 A CONTRATADA deverá manter durante todo processo licitatório os requisitos de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

20.13 Em caso de irregularidades na emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

21. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Específica): NÃO SE APLICA.

22. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (QUANDO COUBER): NÃO SE APLICA.

23. PROJETOS (QUANDO COUBER): NÃO SE APLICA.

24. VISITA TÉCNICA (QUANDO COUBER): NÃO SE APLICA.

25. TÉCNICO RESPONSÁVEL POR CONFERIR DOCUMENTOS EXIGIDOS: LILIAN APARECIDA DE CASTRO SILVA

26. ORDENADOR DE DESPESAS: Rogério Eduardo de Oliveira

Itabirito-MG, 21 de setembro de 2023.

Danielle Aguiar Braga
Superintende

Ameliane Gonçalves Ferreira Baião
Gestor do Contrato

Lilian Aparecida de Castro Silva
Fiscal do Contrato

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 097/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 006/2023

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 033/2023

1.1. OBJETO: Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para atender as demandas e eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito, conforme especificações contidas no anexo I do edital.

Data de apresentação da proposta: 05/10/2023. Horário: Às 14:00hs

ATENÇÃO: PREFERENCIALMENTE UTILIZAR ESTE MODELO DE PROPOSTA

Dados da empresa:	
Razão Social	_____
CNPJ	_____
Endereço	_____
Cidade	_____ Estado _____ Contato _____
E-mail	_____
Dados bancários: Banco	_____ Agência: _____
Conta Corrente	_____

Apresentamos Proposta Comercial para o fornecimento dos materiais abaixo discriminados, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no EDITAL:

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto compreende os seguintes itens abaixo, que integram o presente expediente:

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
01	BOLO SIMPLES SEM COBERTURA , no formato redondo ou quadrado, servindo aproximadamente 20 fatias cada, devendo apresentar cor, cheiro, sabor e textura do produto, podendo ser solicitados os seguintes sabores: fubá, fubá cremoso c/ queijo, coco, milho, mandioca, formigueiro, cenoura com chocolate e limão com cobertura cremosa de mousse de limão. Os bolos poderão ser solicitados já fatiados em badeiras apropriadas para transporte e que permitam ser colocada a mesa para servir, podendo ser descartáveis.	Unid.	300		
02	BOLO FESTIVO RECHEADO COM COBERTURA Sendo massa branca ou massa de chocolate. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: brigadeiro de chocolate ao leite, brigadeiro de chocolate branco (podendo ser com pedaços de chocolate), beijinho, prestígio, creme branco de leite/coco/amendoim/limão/maracujá/chocolate, doce de leite, quatro leites. Todos os sabores poderão ser solicitados ou não com frutas (morango, pêssego, cereja, abacaxi, ameixa). Para a cobertura poderão ser solicitadas as seguintes: Merengue/Marshmallow, chantilly, Ganache, brigadeiro de chocolate ao leite e brigadeiro de chocolate branco, quatro leites. As coberturas podem ser solicitadas do tipo confeitadas, ou decoradas, ou temáticas (contendo granulados, coco, confetes, raspas de chocolate, frutas, e etc.). Os bolos deverão ser fornecidos em fatias de 80 a 100 gramas cada, aproximadamente, embaladas em papel laminado.	Fatia	1.000		

03	<p>SALGADOS FRITOS – COXINHA DE FRANGO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa cremosa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa, recheio de peito de frango desfiado, com fragmentos de salsinha e cebolinha. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	100		
04	<p>SALGADOS FRITOS – PASTEL DE ANGU Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa cozida a base de fubá. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: carne, frango e de queijo, alho poró. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
05	<p>SALGADOS FRITOS – KIBE Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa feita a base de trigo para Kibe. Podendo ser solicitado com recheio de queijo catupiry. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
06	<p>SALGADOS FRITOS – PASTEL DE FARINHA DE TRIGO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: carne, frango, queijo e pizza. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
07	<p>SALGADOS FRITOS – ENROLADINHO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: queijo e salsicha Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
08	<p>SALGADOS FRITOS – BOLINHA DE QUEIJO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa, recheio de queijo muçarela. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
09	<p>SALGADOS FRITOS – RISSOLE DE MILHO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, superfície dourada e crocante, com o empanamento aderente à massa, recheio de milho cremoso. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
10	<p>SALGADOS ASSADOS – EMPADA Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, com o recheio de frango. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
11	<p>SALGADOS ASSADOS – ESFIRRA Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, recheio de carne moída. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	50		
12	<p>SALGADOS ASSADOS – FOLHADOS Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa folhada. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: abacaxi com bacon e queijo. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30		
13	<p>SALGADOS ASSADOS – QUICHE DE ALHO PORÓ Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, recheio de alho poró com queijo. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30		
14	<p>SALGADOS ASSADOS – TROUXINHA DE FRANGO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo, recheio de frango com catupiry. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30		
15	<p>SALGADOS ASSADOS – MINI PIZZA Com média de peso de 40 gramas aproximadamente, massa a base de farinha de trigo. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: presunto e muçarela e calabresa. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30		
16	<p>SALGADOS ASSADOS – CROISSANT Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa de croissant. Podendo ser solicitado com os seguintes recheios: carne, frango, quatro queijos, calabresa com requeijão. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30		
17	<p>SALGADOS ASSADOS – PÃO DE QUEIJO/ BISCOITO DE QUEIJO Com média de peso de 30 gramas aproximadamente, massa de polvilho. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	100		
18	<p>MINI SANDUICHE Com média de peso de 40 gramas aproximadamente, pão de hambúrguer, com recheio de presunto, muçarela, alface, tomate e cereja. Os salgados deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Cento	30		

19	<p>QUITANDAS DOCES – BISCOITOS Com média de peso de 4 gramas cada, aproximadamente, massa a base de farinha de trigo. Podendo ser solicitado nos seguintes tipos: nata, coco, chocolate, casadinho de goiaba, amanteigado e rosquinha doce.</p> <p>Os biscoitos deverão ser entregues em bandeja de papelão laminado, tapadas com plástico filme.</p>	Kg	30		
20	<p>BEBIDAS – REGRIGERANTES Tipo Coca Cola – Pet 2 litros Podendo ser solicitado light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	250		
21	<p>BEBIDAS – REGRIGERANTES Tipo Fanta – Pet 2 litros Podendo ser solicitado light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	200		
22	<p>BEBIDAS – REGRIGERANTES Tipo Guaraná – Pet 2 litros Podendo ser solicitado light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	250		
23	<p>BEBIDAS – SUCO EM CAIXA 1LITRO Caixinha tetra pak ou similar Podendo ser solicitado nos seguintes sabores: uva, manga, pêssego, abacaxi e maracujá. light, diet ou zero.</p> <p>A bebida deverá ser entregue gelada.</p>	Unid.	200		
24	<p>BEBIDAS – ACHOCOLATADO Garrafa térmica de 2 litros. Preparado com leite e chocolate em pó.</p>	Unid.	50		
25	<p>SALADA DE FRUTA Potes de 150 gramas cada aproximadamente, contendo as seguintes frutas: mamão papaia, maçã, pera, uva rubi (sem sementes), banana prata, kiwi, laranja, abacaxi e morango.</p>	Unid.	1.000		
26	<p>KIT LANCHE Denominado Kits Lanche, contendo todos os alimentos prontos para consumo, contendo: 01 pão francês/bisnaga (50g), com 1 fatia de queijo muçarela (15g) e 1 fatia de presunto magro (15g) , 01 suco de fruta: 200 ml, Caixinha tetra pak ou similar. Opções de sabores: Laranja, uva, maracujá, pêssego e maçã, ou 01 garrafa pet de refrigerante 250 ml, de primeira qualidade, sabores diversos (INCLUIR A OPÇÃO LIGHT/DIET/ZERO) * Alternar os sabores do suco e refrigerante conforme demanda do evento. 01 fruta, safra da época. Alternar as frutas conforme demanda do evento e solicitação; Exemplo: maçã, pera, banana, goiaba, mexerica e pêssego. Embalagens individuais, dentro de 01 sacola plástica contendo guardanapo e canudo. Bebidas deverão estar geladas.</p>	Unid.	750		
27	<p>CAFÉ Garrafa térmica de 2 litros. Podendo ser solicitado com ou sem açúcar</p>	Unid.	50		

1.3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.3.1. A empresa contratada deverá realizar o fornecimento dos lanches de acordo com as demandas da CONTRATANTE;

1.3.2 A empresa contratada deverá ter uma equipe bem treinada, sistema de controle de qualidade, elevado padrão de higiene, acondicionamento adequado também para o transporte.

1.3.3. Cumprir rigorosamente as normas da Vigilância Sanitária, principalmente no quesito higiene, acondicionamento e transporte do serviço licitado;

1.3.4. Ser responsável pela guarda e acondicionamento devido dos lanches, até à hora do seu consumo;

1.3.5. Fornecer cada item solicitado de acordo com a necessidade de cada evento;

1.3.6. Disponibilizar os lanches em porções (individuais e embalados individualmente, quando for o caso).

1.3.7. O café e o achocolatado deverão ser fornecidos em Garrafa Térmica com capacidade para 2 (dois) litros.

1.3.8. Sendo o evento realizado por mais de um dia consecutivo, a contratada não poderá, em hipótese alguma, reutilizar os lanches do dia anterior.

1.3.9 A entrega do objeto do contrato será de responsabilidade da CONTRATADA.

1.4. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

1.4.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

1.4.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

1.4.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

1.4.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

VALIDADE DA PROPOSTA:

No mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

Declaro que no preço proposto encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa

ANEXO III
MODELO DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 097/2023 - Pregão Presencial nº. 006/2023 - Registro de Preços nº. 033/2023

Por este presente instrumento, fica credenciado o Sr. (a) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº.: _____, Carteira de Identidade nº.: _____, expedida por _____, junto ao Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - MG, para representar a empresa (_____) na licitação acima referida, a quem outorgam poderes para efetuar lances verbais, rubricar propostas das demais licitantes, a assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no processo licitatório em referência.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

RECONHECER FIRMA

obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo padronizado da empresa.

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE A PREGOEIRA, NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES, EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 097/2023 - Pregão Presencial nº. 006/2023 - Registro de Preços nº. 033/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº: 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº: 097/2023**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo padronizado da empresa.

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE A PREGOEIRA, NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES, EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO.

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 097/2023 - Pregão Presencial nº. 006/2023 - Registro de Preços nº. 033/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/, que até a presente data não foi declarada inidônea pela Administração Pública, ou suspensão de contratar com a Administração, e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores de fatos supervenientes, ciente de que a não declaração resulta em incidência de penalidades legais, de acordo com o previsto no § 2º do art. 32, da Lei nº: 8.666/1993.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura: _____

Representante legal

ANEXO VI

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 097/2023 - Pregão Presencial nº. 006/2023 - Registro de Preços nº. 033/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº: 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº: 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura: _____

Representante legal

(Obs: em caso afirmativo assinar a ressalva acima)

ANEXO VII

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Ao

Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio

Ref.: Processo Licitatório nº. 097/2023 - Pregão Presencial nº. 006/2023 - Registro de Preços nº. 033/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº: 123/06;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº: 123/06.

E que se encontra sob o regime favorecido da mencionada Lei Complementar nº: 123/06, fazendo jus aos benefícios contidos na referida lei.

Declara que está excluída das vedações constante do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº: 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda ter ciência que a falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº: 123/2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº: 8.666/93.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa.

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE A PREGOEIRA, NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES, EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO, PELAS EMPRESAS QUE PRETENDEREM SE BENEFICIAR DO REGIME DIFERENCIADO E FAVORECIDO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E, SE ENQUADRAREM COMO TAL.

ANEXO VIII

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, QUANTO À RESTRIÇÃO EM DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL.

A

Pregoeira e sua equipe de apoio

Ref.: Processo Licitatório nº. 097/2023 - Pregão Presencial nº. 006/2023 - Registro de Preços nº. 033/2023.

A empresa (_____), inscrita sob o CNPJ nº.: _____, por intermédio de seu representante legal (o)s Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº.: _____ e do CPF nº.: _____, DECLARA, sob as penas da Lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, sob pena de aplicação do art. 6º do Decreto Municipal nº. 8.949 de 26 de abril de 2010, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2023**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa.

ANEXO IX

MINUTA DA ATA Nº _____/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 097/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 006/2023

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 033/2023

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, o Serviço Autônomo Saneamento Básico, do município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº. 2.999 de abril de 2014, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, CEP 35450-081, inscrito no CNPJ nº. 20.067.146/0001-61, representado neste ato por seu Diretor Presidente em Exercício, **Rogério Eduardo de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais, consoante Decreto nº 12704/2019, e nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, observadas, ainda, as disposições do Edital do **Processo Licitatório nº 097/2023**, na modalidade **Pregão Presencial nº 006/2023**, do tipo **Menor Preço Global**, para **registro de preços** regido pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº: 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, pelo Decreto Federal nº. 3.555/2000, Decreto Municipal nº. 8949/2010, alterado pelo Decreto Municipal 9345/2011, Decreto Municipal 13214/2020, alterado pelo Decreto Municipal 13434/2020 e demais disposições legais aplicáveis, **resolve registrar os preços da empresa abaixo citada mediante as condições a seguir pactuadas** objetivando a futura e eventual aquisição de lanches para atender os eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito – Saae, tais como, ações de capacitação e qualificação dos seus servidores, reuniões de trabalho e eventos vinculados aos objetivos institucionais, sob demanda conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para atender as demandas e eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito.

CONTRATADA/FORNECEDOR: (Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone para contato, e-mail e dados do representante legal com CPF).

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total

Valor Total R\$: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços tem validade de **12 (doze) meses**, a contar da eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, conforme preceitua o art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os Arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as disposições contidas no **Decreto Municipal 14.201 de 03 de fevereiro de 2022**.

Gestor da Ata:

Nome: Ameliane Gonçalves Ferreira Baião
E-mail: comunicacao@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624105

Fiscal da Ata

Nome: Lilian Aparecida de Castro Silva
E-mail: rh@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624104

Gestor Suplente da Ata

Nome: Lucas Horta de Almeida
E-mail: seguranca@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624143

Fiscal Suplente da Ata

Nome: Elaine Cristina de Oliveira
Email: planejamento@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624142

3.2. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, o Prestador de Serviço/Fornecedor das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos produtos, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução da Ata. De igual maneira, o Prestador de Serviço responde integralmente pela segurança do pessoal na entrega objeto licitado;

3.3 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade dos lanches, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

3.4. Competirá ao responsável pela fiscalização da Ata velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pelo Prestador de Serviço/Fornecedor e neste instrumento;

3.5. Em caso de eventual irregularidade na entrega dos lanches, o agente fiscalizador dará ciência o Prestador de Serviço/Fornecedor, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

3.6. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pelo Prestador de Serviço/Fornecedor.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será usuário do Registro de Preços o SAAE de Itabirito, através do **Setor de Comunicação** admitindo-se, no entanto, Adesão a Ata por outros órgãos e entes da Administração Pública, desde que previamente autorizado pelo SAAE.

4.2. A existência de preços registrados não obriga o SAAE de Itabirito, a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de prestação em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado, **em até 30 (trinta) dias corridos** após a emissão e aceite das Notas Fiscais, através de boleto bancário ou depósito bancário em conta corrente, sendo que o PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDOR deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito.

5.2. O pagamento será realizado pela Contabilidade do SAAE de Itabirito.

5.3. Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do SAAE, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

5.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio Prestador de Serviço/Fornecedor, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

5.5. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

5.5.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

5.5.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

5.5.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

5.5.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

5.6. As notas fiscais deverão estar acompanhadas de cópia da CND (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS) do PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDOR e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

5.7. Para qualquer alteração nos dados da empresa, o Prestador de Serviço/Fornecedor deverá comunicar ao SAAE por escrito, acompanhada dos documentos alterados, no prazo de 30 (trinta) dias antes da emissão da Nota Fiscal.

5.8. O Prestador de Serviço/Fornecedor deverá manter durante todo processo licitatório e execução da Ata os requisitos de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.9. Em caso de irregularidade da emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

- I** - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
- II** - Quando a licitante ofertar preço inexecutável na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- III** - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- IV** - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- I** - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- II** - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- III** - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

- I** - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;
- II** - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;
- III** - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;
- IV** - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.
- V** - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I** - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;
- II** - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- III** - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

- I** - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;
- II** - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. Poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

- I** - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuírem ocorrência anterior registrada em documento oficial;
- II** - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;
- III** - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

- a.** Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b.** Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;
- c.** Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;
- d.** Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A declaração de inidoneidade, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337-E a 337-O do Código de Processo Penal.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreatáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.8. Considerando o prazo de validade do Registro de Preços, FICA VEDADO QUALQUER REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, em atendimento ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

7.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos/serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos prestadores de serviço, observadas as disposições contidas na legislação vigente.

7.10. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e da cotação vigente à época.

7.11. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor da Ata, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro da Ata, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória e número da Ata;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro da Ata.

7.11.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

7.11.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

7.11.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

7.12. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

7.13. É VEDADO AO FORNECEDOR INTERROMPER A ENTREGA DOS PRODUTOS, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLAÚSULA.

7.14. Quando ocorrer pedido de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata, o órgão gerenciador **não está obrigado a aceitar os preços propostos pelo fornecedor**, contudo, poderá libera-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços.

7.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores para negociarem os valores praticados pelo mercado, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa ou o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços

7.16. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

8. O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

8.1. Pelo CONTRATANTE

8.1.1. A Contratada deixar de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A Contratada não atender à convocação para firmar Ata decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

8.1.3. A Contratada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

8.1.4. Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Contratada, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;

8.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata decorrente do Registro de Preços;

8.1.6. Quando, por força de fusão ou incorporação da CONTRATADA, bem como associação com terceiros, cessão da posição contratual, cisão, não for comunicado ao CONTRATANTE até 05 (cinco) dias úteis dos respectivos atos, devidamente registrados;

8.1.7. Os preços registrados apresentarem-se superiores aos praticados no mercado e a Contratada se recusar a baixá-los.

8.1.8. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado, conforme inciso XII do artigo 78 da Lei 8666/93.

8.1.9 Demais situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8666/93.

8.1.10. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar da Contratada, a comunicação será feita por publicação em jornal de grande circulação, por uma vez e afixado no local de costume do órgão responsável pelo Registro, considerando-se cancelado o registro na data da publicação.

8.2. Pela CONTRATADA

8.2.1. Mediante solicitação por escrito, aceita motivadamente pela Administração, a Contratada deverá comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

8.4. A solicitação da Contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, faculta à Administração, a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA ANTICORRUPÇÃO

9.1. Na execução da presente Ata de Registro de Preços é vedado ao SAAE de Itabirito, em especial ao BENEFICIÁRIO (A) e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar a presente Ata;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações da presente Ata, sem autorização em lei, no edital;
- d) Conhecer e cumprir previstas na Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis;
- e) Manipular ou fraudar a presente Ata, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº **006/2023** e seus respectivos anexos, bem como a proposta do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itabirito, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

11.2. E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itabirito, _____ de _____ de 2023

Rogério Eduardo de Oliveira
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
CONTRATANTE

XX

CONTRATADA

Ameliane Gonçalves Ferreira Baião
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
GESTOR DA ATA

Lilian Aparecida de Castro Silva
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
FISCAL DA ATA

ANEXO X

MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITABIRITO E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº SAAE/ITA XXX/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 006/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2023

OBJETO: Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para atender as demandas e eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito, conforme especificações contidas no anexo I do edital.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO** do Município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº 2.999 de 2014, inscrito no CNPJ sob o nº 20.067.146/0001-61, com sede na Rua Rio Branco, nº 99, centro, representado neste ato por seu Diretor Presidente em Exercício, **Rogério Eduardo de Oliveira**, portador do CRQ 022.023-18, CPF 627.197.186.53, no uso de suas atribuições legais, consoante Decreto nº 12704/2019, doravante denominado CONTRATANTE, de um lado; e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXXXXXXXX – CEP XXXXXXXXXX, contato (XX) XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; neste ato representado por seu sócio Administrador, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX portador do CPF: XXXXXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, nos termos pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações e demais normas aplicáveis à espécie, têm por justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este Contrato tem como objeto Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento salgados, bolos, lanches, café, sucos e refrigerantes para atender as demandas e eventos do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito, conforme especificações abaixo.

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
Valor Total R\$: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					

1.2. O Objeto deste contrato deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, vedada sua cessão, transferência ou subcontratação, salvo na ocorrência comprovada de motivos de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência formal da CONTRATANTE, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, pelos ônus e perfeição dos mesmos, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da Contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo.

2.2.. A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação do serviço/fornecimento.

2.3. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

2.4. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

2.5. O atraso ou a abstenção pelo SAAE, do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA não implicarão em novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo do SAAE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A CONTRATADA, no cumprimento deste Contrato, obriga-se a:

- a) Prestar os serviços contratados com zelo, eficácia, eficiência e efetividade, dentro dos prazos estabelecidos.
- b) Cumprir todas as determinações, as ordens verbais ou escritas dos responsáveis pela CONTRATANTE, quando o serviço e/ou materiais não atenderem às normas técnicas e legais estabelecidas.
- c) Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que
- d) exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- e) Credenciar prepostos para representá-la permanentemente junto a CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato.
- f) Aceitar acréscimos e supressões até o limite previsto na legislação em vigor, nos termos do parágrafo primeiro e segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- g) Providenciar a imediata substituição do objeto do contrato que for fornecido em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- h) Zelar pela boa qualidade do objeto do contrato a ser fornecido.
- i) A prestação do serviço deverá ser de primeira qualidade e deverá obedecer aos requisitos e padrões mínimos exigidos por órgãos fiscalizadores.
- j) Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- k) Os lanches fornecidos estarão sujeitos à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência, no que se refere à quantidade, qualidade e prazo de validade.
- l) Utilizar para o transporte, veículo(s) adequado(s) de acordo com as normas sanitárias vigentes.
- m) Manter absoluta higiene no armazenamento, manipulação, preparo e transporte do objeto do contrato.
- n) Realizar o controle higiênico sanitário em todas as suas etapas.
- o) Os lanches deverão ser preparados nas dependências da CONTRATADA, sendo devidamente depois de prontos, acondicionados em recipientes térmicos e /ou isotérmicos com capacidade adequada às quantidades a serem servidas até o local informado pela CONTRATANTE.
- p) Não utilizar sobras e restos de alimentos.
- q) Cumprir os horários de atendimento estabelecidos pela CONTRATANTE, sem interrupção de distribuição de refeições dentro deste horário.
- r) Com referência a qualidade do objeto licitado aplicar-se-á a legislação vigente independentemente de transcrição neste Termo de Referência.

3.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, no cumprimento deste Contrato, obriga-se a:

- a) Prestar todas as informações e dados relacionados ao objeto ora contratado sempre que se fizer necessário ao cumprimento deste Contrato.
- b) Colocar à disposição funcionário(s) especializados(s) para orientações e fiscalização do Contrato.
- c) Efetuar o pagamento devido no prazo determinado.
- d) Exercer ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados, através de seus gestores, o que não reduzirá, nem excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.
- e) Realizar a conferência antecipada dos itens e utensílios recebidos para o serviço a ser prestado, passíveis de ressarcimento por quebras, roubos e danos.
- f) Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor do contrato para os serviços é de **R\$XXXXXXXXXX**

4.2. O pagamento será realizado, **em até 30 (trinta) dias corridos** após a emissão e aceite das Notas Fiscais, através de boleto bancário ou depósito bancário em conta corrente, sendo que a CONTRATADA deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito.

4.3. O pagamento será realizado pela Contabilidade do Saae de Itabirito-MG.

4.4. Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Saae, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

4.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

4.6. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

4.6.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

4.6.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

4.6.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

4.6.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

4.7. As notas fiscais deverão estar acompanhadas de cópia da **CND** (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do **CRF** (Certificado de Regularidade do FGTS) da **CONTRATADA** e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

4.8. Para qualquer alteração nos dados da empresa, a Contratada deverá comunicar ao SAAE por escrito, acompanhada dos documentos alterados, no prazo de 30 (trinta) dias antes da emissão da Nota Fiscal.

4.9. A Contratada deverá manter durante todo processo licitatório e execução da Ata os requisitos de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

4.10. Em caso de irregularidade da emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

5.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.8. Considerando o prazo de validade do Registro de Preços, FICA VEDADO QUALQUER REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, em atendimento ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

5.9. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, das quais resulte desequilíbrio financeiro permanente, a CONTRATADA e a CONTRATANTE poderão pleitear revisão de preços, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações.

5.10. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor do contrato, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório/processo de dispensa ou inexigibilidade, número da modalidade licitatória e número do contrato;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.10.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

5.10.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

5.10.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

5.11. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

5.12. É VEDADO À CONTRATADA INTERROMPER A ENTREGA DOS PRODUTOS, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLAÚSULA.

5.13. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

CLAÚSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. A dotação orçamentária necessária à realização da despesa decorrente do objeto desta licitação consta no Orçamento da Autarquia. Os recursos para o objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. **C.C. 108**

CLAÚSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. Este contrato terá vigência de XX (XXXXXXXX) meses a contar da data de sua publicação.

CLAÚSULA OITAVA – DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O local para a prestação de serviço será na Sede do Saae, situada na Rua Rio Branco, nº 99, Centro - Itabirito / MG, CEP 35.450-081, podendo, entretanto, ser na área urbana do município de Itabirito, desde de que previamente acordado entre as partes.

CLAÚSULA NONA – PRAZO PARA ENTREGA

9.1. A entrega deverá ser realizada em dias úteis de segunda a sexta, das 7h às 17h, podendo ocorrer aos sábados, domingos e feriados, sem ônus para o Saae.

9.2. O Saae enviará a autorização de fornecimento com no mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência e a entrega deverá ser realizada com no mínimo de 01 (uma) hora antes do horário do evento.

CLAÚSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO/ACEITE

10.1. O recebimento do objeto contratado será realizado após aprovação e aceite da Fiscalização, sendo que a CONTRATADA será responsabilizada pela qualidade da prestação do serviço, consoante às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2. Os fornecimentos deverão ser comprovados mediante faturamento, que deverá estar em consonância com as requisições emitidas pelo Gestor do contrato, onde constem as seguintes especificações:

- a) Objeto do contrato;
- b) Quantidade;
- c) Valor unitário;
- d) Data da entrega.

10.3. Para o recebimento adequado do objeto contrato entregue, o servidor responsável deverá cumprir obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- a) Verificação do cumprimento do horário de entrega preestabelecido, conforme item 18.2, admitindo-se variação de 15 minutos;
- b) Condições de higiene do veículo e embalagens;
- c) Pedido de acordo com o solicitado;
- e) Temperatura;
- f) Peso;

- g) Análise sensorial: constatação de alteração que resulta em sabor e odor característico;
h) Objetos estranhos: constatação da presença de objetos estranhos (metais, plásticos, etc.);

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. A CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os Arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as disposições contidas no **Decreto Municipal 14.201 de 03 de fevereiro de 2022.**

Gestor do Contrato:

Nome: Ameliane Gonçalves Ferreira Baião
E-mail: comunicacao@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624105

Gestor Suplente do Contrato

Nome: Lucas Horta de Almeida
E-mail: seguranca@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624143

Fiscal do Contrato

Nome: Lilian Aparecida de Castro Silva
E-mail: rh@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624104

Fiscal Suplente do Contrato

Nome: Elaine Cristina de Oliveira
Email: planejamento@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31)35624142

13.2. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos produtos, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução do contrato. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança do pessoal na entrega objeto licitado;

13.3 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade dos lanches, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

13.4. Competirá ao responsável pela fiscalização do contrato velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pela contratada e neste instrumento;

13.5. Em caso de eventual irregularidade na entrega dos lanches, o agente fiscalizador dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

13.6. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pela Contratada.

13.7. A fiscalização realizada pelo CONTRATANTE, não exonera e nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e ao BENEFICIÁRIO (A) e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

14.1.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

14.1.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato.

14.1.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no edital.

14.1.4. Conhecer e cumprir previstas na Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CONTRATANTE.

14.1.5. Manipular ou fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

I - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;

II - Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

III - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

IV - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

I - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

II - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.

III - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;

III - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;

II - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

III - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

I - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;

II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

I - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuírem ocorrência anterior registrada em documento oficial;

II - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;

III - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b. Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;

c. Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;

d. Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A **declaração de inidoneidade**, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337-E a 337-O do Código de Processo Penal.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO

16.1. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DIREITO

17.1. Caso a CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA, o ônus de provar o contrário. Se a CONTRATANTE for ré ou litisconsorte passiva, bastará sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

18.1. Integra o presente contrato o **Processo Licitatório nº 097/2023**, na Licitação modalidade de **Pregão Presencial nº 006/2023**, nos termos da Lei 8.666/1993, com suas posteriores alterações, **homologado em XX/XX/2023**, com as inclusas condições gerais neles contidas, assim como a proposta firmada pela CONTRATADA com todas as condições nelas contidas, naquilo que não conflitarem com este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Itabirito/MG, para dirimir qualquer ação ou pendência que porventura advenha do presente instrumento, renunciando, expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Itabirito/MG, **XX de XXXXXXXXXXXXX de 2023**

Rogério Eduardo de Oliveira
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
CONTRATANTE

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

Ameliane Gonçalves Ferreira Baião
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
GESTOR DO CONTRATO

Lilian Aparecida de Castro Silva
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
FISCAL DO CONTRATO